



REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Solicita que seja convocada a Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Silva, para prestar esclarecimentos sobre os planos do Governo Lula para confiscar terras de autores de incêndios florestais.

Senhor **Presidente**,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 24, IV, do Regimento Interno, que seja convocada a Senhora Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Silva, prestar esclarecimentos sobre os planos do Governo Lula para confiscar terras de autores de incêndios florestais.

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona a convocação da Senhora Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Silva prestar esclarecimentos os planos do Governo Lula para confiscar terras de autores de incêndios florestais.

Isto porque, conforme noticiado¹, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva estuda meios legais para confiscar terras de autores de incêndios florestais criminosos no país,

¹<https://istoe.com.br/governo-lula-pretende-confiscar-terras-de-autores-de-incendios-criminosos-diz-marina-silva/>



disse nesta quarta-feira a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva. De acordo com a ministra, os estudos se inspiram na lei que permite o confisco contra proprietários que exploram trabalho análogo à escravidão em suas terras. Marina não deu um prazo para a conclusão desses estudos, nem disse quando uma proposta neste sentido pode estar pronta, mas defendeu a necessidade de endurecer as leis que preveem punições para autores de incêndios criminosos. Atualmente, disse a ministra, a pena máxima chega a cinco anos de prisão.

"Quem fez a queima criminosa haverá de pagar. Estamos estudando as medidas de como aumentar a pena, inclusive há uma discussão de que se possa aplicar o mesmo estatuto que se aplica para situações análogas à escravidão, em que aquela terra é confiscada, ela volta para o domínio do Estado para quem comete incêndio que seja claramente criminoso", disse ela a jornalistas em evento do G20 sobre bioeconomia. "Isso está dentro da nossa sala de situação. É um debate que está sendo feito. Numa democracia, não se faz para fazer pirotecnia, tem que ver toda a base legal e o que dá suporte a uma ação dentro do Estado Democrático de Direito."

A ministra afirmou que foram abertos ao menos 32 inquéritos para investigar incêndios de origem criminosa no país. Ela mencionou que as queimadas que se espalharam pelo Brasil neste ano, particularmente na Amazônia e no Pantanal, mas também em outras regiões, como o interior de São Paulo e áreas do Centro-Oeste, incluindo Brasília, são resultado da combinação entre a seca, causada pelas mudanças climáticas, e a criminalidade.

"Neste ano e no ano passado houve uma redução de 60% no desmatamento, considerando os dois anos, mas a criminalidade, ciente de que a floresta está perdendo umidade, em aliança com as mudanças climáticas, ateia fogo na floresta para destruí-la sem a necessidade de desmatamento", afirmou.

"Queimadas sucessivas enfraquecem a floresta, permitindo que seja lançado capim para criação de gado, iniciando



uma pressão para regularização fundiária. Esse esgotamento de áreas ilegalmente ocupadas precisa ser interrompido definitivamente, para que não haja ganho ou vantagem com essa forma criminosa de degradação da floresta."

Marina admitiu que até o final do período seco, entre outubro e novembro deste ano, a situação das queimadas permanecerá "difícil" e que haverá muito trabalho pela frente.

Em agosto deste ano, o número de focos de incêndio na parte brasileira da floresta amazônica bateu recorde, alcançando o maior nível desde 2010, conforme dados do governo federal.

Satélites detectaram 38.266 focos de incêndio na Amazônia em agosto, mais que o dobro do registrado no ano anterior, e o maior número para o mês desde 2010, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Destarte, submetemos este requerimento visando que sejam prestados esclarecimentos acerca dos planos do Governo Lula para confiscar terras de autores de incêndios florestais.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

